

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**APOIO SOCIAL E FAMILIAR EM INDIVÍDUOS ACOMPANHADOS PELO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA EM
PORTO ALEGRE**

ESEQUIEL PAGNUSSAT

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

**Porto Alegre
Fevereiro, 2014**

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**APOIO SOCIAL E FAMILIAR EM INDIVÍDUOS ACOMPANHADOS PELO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA EM
PORTO ALEGRE**

ESEQUIEL PAGNUSSAT

ORIENTADOR: Prof. Dr. Adolfo Pizzinato

Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração em Psicologia Social.

**Porto Alegre
Fevereiro, 2014**

PONTÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

**APOIO SOCIAL E FAMILIAR EM INDIVÍDUOS ACOMPANHADOS PELO
SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA EM
PORTO ALEGRE**

ESEQUIEL PAGNUSSAT

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Adolfo Pizzinato
(PUCRS) – Orientador

Profa. Dra. Luciana Suárez Grzybowski
(UFCSPA)

Profa. Dra. Clarisse Pereira Mosmann
(UNISINOS)

Porto Alegre
Fevereiro, 2014

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	4
RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
APRESENTAÇÃO.....	7
REFERÊNCIAS.....	16

RESUMO

A partir da promulgação da Constituição de 1988, o Brasil implementou uma série de políticas públicas que visam a construção da Seguridade Social na perspectiva de garantir o bem estar da população. Uma importante conquista ocorre em 2004 quando fora formulada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que regulamenta a construção do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que por sua vez, organiza as ações na busca em atender indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Dentro da organização do SUAS, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), um dos serviços ofertados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), atua de maneira preventiva com o intuito de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, além de promover a garantia de direitos sociais de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Entre os profissionais que passam a atuar no campo socioassistencial encontram-se os psicólogos. A Psicologia é composta por múltiplos e diferentes repertórios teóricos e práticos, por sua vez, a Psicologia Social busca compreender como os fenômenos psicossociais interagem nos indivíduos e na sociedade. Neste sentido, o Apoio Social, ou Suporte Social, surge como um importante tema de pesquisa e intervenção da psicologia no campo das políticas públicas. Neste sentido, foi proposto o presente estudo cujo objetivo foi identificar a configuração estrutural e funcional de Apoio Social em algumas famílias acompanhadas pelo Serviço PAIF de Porto Alegre. A pesquisa foi composta por um delineamento misto sequencial, contemplando inicialmente um estudo quantitativo e posteriormente um estudo qualitativo. Na primeira etapa foram utilizados questionários para identificar a percepção do apoio social e do suporte familiar com 91 pessoas acompanhadas pelo Serviço PAIF. Os resultados do primeiro estudo indicam a relação entre maior Percepção de Suporte Familiar e maior Escolaridade, maior Adaptação Familiar e maior Escolaridade, maior Autonomia Familiar e maior Tempo de Acompanhamento no CRAS. Identificou-se também, diferença entre uma maior Rede de Apoio das mulheres em comparação com a dos homens, relação entre maior Participação Comunitária e menor Renda, maior Integração Comunitária e maior Idade da Pessoa, maior Tempo de Acompanhamento no CRAS e maior Valor do Benefício Social. Além disso, houve correlação entre as dimensões do Apoio Social Comunitário e do Suporte Familiar. Após a etapa quantitativa, iniciou-se o estudo qualitativo que buscou identificar como os recursos e estressores de Apoio Social influenciam no desenvolvimento das famílias acompanhadas pelo Serviço PAIF. Foram selecionados quatro participantes, com níveis extremos de Apoio Social e Suporte Familiar do estudo quantitativo. Foram realizadas entrevistas biográficas de caráter narrativo e analisadas sob a perspectiva da Análise de Conteúdo. Os resultados a partir dos conteúdos das narrativas foram organizados em dois eixos centrais: Acontecimentos Vitais Estressantes e os diferentes Recursos Psicossociais. Assim, a partir das narrativas pode-se identificar múltiplos e contínuos eventos vitais estressantes, a importância dos vizinhos, das instituições religiosas e dos serviços públicos no apoio comunitário. Quanto ao apoio familiar, a família não teve maior papel como requisitante ou provedora de suporte.

Palavras-chave: Apoio Social, Apoio Familiar, Assistência Social.

Área conforme classificação CNPq: 7.07.00.00-1 - Psicologia

Sub-área conforme classificação CNPq: 7.07.05.00-3 – Psicologia Social

ABSTRACT

Since the publication of Constitution of 1988, Brazil started to implement series of public policy aiming to develop the Welfare State, wherefore guarantee the population's wellness. The important conquest happened in 2004 when was formulated the Política Nacional de Assistência Social (PNAS), that policy regulates the framing of Sistema Único de Saúde (SUS), that organize the actions whit the objective of to attempt individuals and families with risk and social vulnerability. In the organization of SUAS, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), one of the services offered by Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), acts preventively in order to strengthen the family and communitarian ties, besides to promote and guarantee of social rights of families and individuals in social vulnerability. Among the professionals who started to work in Social Assistance are the psychologists, the Community Social Psychology, knowledge area of Psychology, is composed by different theoretical and practical repertoires to comprehend how the psychosocial phenomena interact in between individuals and society. In this way, the Social Support emerges as an important research issue and intervention of Psychology in a public policy area. Therefore, was proposed the study in order to identify the structural and functional configuration of Social Support in different families accompanied by PAIF de Porto Alegre. The research was composed by a sequential mixed design, contemplating, initially, a quantitative study and a qualitative study posterior. In the first state were exerted questionnaires to identify the perception of social support and family support in 91 individuals accompanied by PAIF. The results of first study indicate a relation between family autonomy and follow-up period in CRAS, about scholarship and family adaptation and between scholarship and perception of family support. It was indicated the difference between support network of women and men, a relation between communitarian participation and financial income, communitarian integration and age, time tracking and financial value of social benefit. Besides, there was a relation between the dimensions of Social Communitarian and Family Support. After the quantitative stage, it was started the qualitative study in wich the objective is to identifying how the resources and stressors of Social Support influenced the development of families supported by PAIF. Four participants were selected, withal extreme levels of Social Support and Family Support in quantitative study. Biographical interviews of narrative character and analyzed by the perspective of Content Analysis. The results of the content of narratives were organized in two central axes: the vital stressors happenings and the different psychosocial resources. In this way, it was identify the importance of neighbors, religious institutions and public services in communitarian support, and family has not a major role as requester or provider of support.

Key-words: Social Support, Family Support, Social Assistance.

APRESENTAÇÃO

A Assistência Social, junto com a Saúde e a Previdência Social, são os pilares da Seguridade Social Brasileira, baseada no modelo de *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), e que visam garantir o bem-estar social e condições dignas de vida da população brasileira (Brasil, 2005). As diferentes leis e políticas públicas que compõem a Seguridade Social foram contempladas a partir da promulgação da Constituição de 1988. Contudo, a regulamentação da Assistência Social como política pública é recente, tendo no ano de 2004 como um importante marcador. No referido ano, foi promulgada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que versa sobre a construção e regulação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Disposta a romper com a hegemonia de ações de caráter assistencialista, clientelista e de caridade historicamente vinculadas à Assistência Social no Brasil, propondo um modelo mais cidadão (Oliveira & Amorim, 2012; Oliveira et al., 2011; Yamamoto & Oliveira, 2010).

Os psicólogos participaram e participam dos movimentos sociais que buscam a regulamentação e implementação das políticas públicas, e atualmente, estão inseridos em diferentes campos sociais (Macedo & Dimenstein, 2012; Oliveira & Amorim, 2012; Oliveira et al., 2011). Além disso, nos últimos anos as áreas da Saúde Pública e da Assistência Social se constituíram em espaços privilegiados de inserção para profissionais formados em psicologia (Macedo & Dimenstein, 2012). Especificamente na Assistência Social, a partir da publicação da Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) (Brasil, 2005) e da Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, que versam sobre a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) (Brasil, 2006), os psicólogos passam a poder integrar formalmente, de maneira sistemática, as Equipes de Referência da Assistência Social.

A estratégia de atuação dos profissionais no SUAS está hierarquizada em dois eixos: na Proteção Social Básica (PSB) e na Proteção Social Especial (PSE). Especificamente a respeito da psicologia, é na PSB em que se concentra a maior parte dos psicólogos, e também outros profissionais, que executam a Política de Assistência Social (Macedo, Sousa, Carvalho, Magalhães, Silva de Sousa & Dimenstein, 2011). O objetivo da PSB é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. As ações da PSB são destinadas à população que vive em situação de vulnerabilidade social em decorrência da pobreza, privações (ausência de renda,

precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos (relacionais e de pertencimento social) (Brasil, 2005). Segundo o Censo Demográfico de 2010, no Brasil existem em média 16,26 milhões de moradores em situação de extrema pobreza.

A PSB atua por intermédio de diferentes unidades, a principal é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo também, a principal porta de entrada do SUAS. Dentre os serviços e ações ofertados pelo CRAS, o mais importante é o Serviço Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), a pedra fundamental, a base da “nova” política de Assistência Social (Brasil, 2012). Em Porto Alegre os psicólogos que atuam no Serviço PAIF estão distribuídos em 22 CRAS e são contratados via a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) através de convênio entre a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e uma das entidades do Terceiro Setor. O ingresso das famílias aos programas sociais, como os de transferência de renda, ocorre por meio do Cadastramento Único (CádÚnico) do Governo Federal realizado preferencialmente no CRAS, em 2013 foram mais de 27 milhões de famílias inscritas. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que associa a partir de condicionalidades, à transferência do benefício financeiro ao acesso a direitos sociais básicos nas áreas da educação, saúde e assistência social. O PBF no ano de 2012 beneficiou 13,9 milhões de famílias em todo o Brasil, no Rio Grande do Sul foram 463,52 mil famílias, sendo que em Porto Alegre foram 46,22 mil famílias beneficiadas. Especificamente na região Centro Sul que possui 6,05% da área de Porto Alegre, caracterizada por ser uma região *rururbana* (rural-urbana), compreende os bairros Camaquã, Campo Novo, Cavalhada, Nonoai, Teresópolis e Vila Nova, possui população de 110.889, representando aproximadamente 7,9% da população do município, além disso, é a 5ª maior região do Orçamento Participativo em número de famílias acompanhadas pelo Serviço PAIF, com média de 191 famílias/mês (FASC, 2013).

Os objetivos dos profissionais que atuam no Serviço PAIF, conforme as orientações técnicas disponibilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (Brasil, 2012a), são de fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura dos seus vínculos (familiares ou comunitários) contribuindo para melhoria da qualidade de vida nos territórios, além de promover aquisições materiais e sociais, potencializando o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades. Ainda cumpre em seus objetivos promover acessos à rede de proteção social de assistência social e aos serviços setoriais,

contribuindo para a promoção de direitos e apoiar as famílias que possuem indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Mas, especificamente, a entrada da Psicologia na área da Assistência Social trouxe à tona algumas questões importantes a respeito da profissão, principalmente no que diz respeito aos campos teórico-metodológicos e técnico-práticos historicamente construídos e empregados pelos psicólogos que atuam nas políticas públicas (Macedo & Dimenstein, 2012). O contato com pessoas expostas a um cotidiano de pobreza, miséria, abandono, violência e desproteção, demandam teorias e técnicas que estão além das formas clássicas de intervenção (atuação). Apesar de existirem publicações sobre diretrizes de como os profissionais devam atuar no campo da Assistência Social, não existem orientações teóricas e metodológicas específicas tanto para psicólogos, quanto para assistentes sociais (Ximenes, Colares de Paula & Barros, 2009). Deste modo, apesar da produção que vem sendo realizada pela Psicologia principalmente no campo das políticas públicas, observa-se a necessidade de aprofundar e ampliar estudos, reflexões e discussões nos campos teórico-metodológico e técnico-operativo especificamente da Psicologia na Assistência Social.

Dentre as muitas possibilidades de inserção da Psicologia neste campo, pela abrangência e complexidade de seus objetos de estudo, evidentemente algumas teorias e práticas possuem maior afinidade com as propostas do SUAS, em especial aquelas abordagens mais implicadas com os fenômenos das relações familiares, comunitárias, sociais e institucionais. Dentro do panorama de possibilidades de ação e de operadores teóricos possíveis em Psicologia, principalmente relacionados à Psicologia Comunitária, o conceito de Rede Social figura como um dos mais instrumentais.

Este conceito foi desenvolvido por diferentes disciplinas que incluem a Psicologia Social, Economia, Biologia, Geografia, Serviço Social, Ciências Políticas Sociais, entre outros. O conceito de Rede Social nas intervenções, principalmente no âmbito da Psicologia Comunitária, implica em um processo de construção permanente tanto individual como coletivo, sendo um sistema aberto, dinâmico entre seus integrantes e entre estes e os integrantes de outros grupos sociais, potencializando os recursos que possuem através das relações (Dabas, 1993). Por sua vez também pode ser definida como uma forma de organização social na qual se produz um intercâmbio contínuo de idéias, serviços, objetos e modos de fazer (Montero, 2003). A rede é toda estrutura social que permite difundir e parar, atuar e paralisar, na qual as pessoas e a sociedade encontram apoio e refugio, assim como

recursos (Montero, 2003). Nesta perspectiva, não apenas no contexto da Assistência Social, mas também outros dispositivos e operadores que executam outras políticas públicas que utilizam a teoria das redes sociais para subsidiar suas práticas.

As Redes Sociais podem ser estudadas a partir das perspectivas estrutural (quantitativa) e funcional (qualitativa). Segundo alguns pesquisadores da área (Gracia, 1997; Gracia, Herrero & Musitu, 2011; Montero, 2003; Sarriera, 2010; Meneses 2010), os principais elementos estruturais da Rede Social são:

- a) Tamanho: número de pessoas ou instituições que fazem parte da rede;
- b) Densidade: conexão e vínculo entre os diferentes membros da rede, influenciando na eficácia e no intercâmbio comunicativo;
- c) Composição e Distribuição: número de instituições e/ou órgãos com que as pessoas, grupos e comunidades tecem a rede;
- d) Dispersão: é a distância geográfica (acessibilidade) entre os membros e;
- e) Homogeneidade e Heterogeneidade: semelhanças e diferenças sociodemográficas.

A interação entre seus membros é a principal função das Redes Sociais. A interação é caracterizada pelos vínculos, comunicação, relações e da organização ao redor do fazer. Assim, dando sentido à vida, construindo identidades, produzir apoio social promovendo sentido a suas ações e prática de cuidado social e autocuidado. Os elementos funcionais da Rede Social, conforme estudiosos da área (Gracia, 1997; Gracia et al., 2011; Montero, 2003; Sarriera, 2010; Meneses 2010), são:

- a) Companhia Social: servem como elemento de companhia, transmissão da cultura e promotoras de adaptação;
- b) Apoio Emocional: são os intercâmbios que conectam atitude emocional, clima de compreensão, simpatia, estímulo e apoio;
- c) Guia Cognitivo e Conselheiro: significa compartilhar informações pessoais e sociais, esclarecer expectativas e oferecer modelos de papéis;
- e) Regulação Social: visa à regulação do comportamento e reafirmar as responsabilidades, permite dissipar a frustração e a violência, além de favorecer a resolução de conflitos;
- d) Ajuda Material e de Serviços: fornece colaboração com base em conhecimentos especializados e/ou ajuda física, material e instrumental;
- f) Acesso a Novos Contatos: possibilita novas conexões com outras pessoas e redes sociais.

Nas últimas décadas a temática do Apoio Social, uma das funções da Rede Social, recebeu destaque no campo de estudo, de pesquisa e de intervenção. O conceito de Apoio Social é complexo e multidimensional. De acordo com Nan Lin (1986), uma definição amplamente aceita entende o Apoio Social como um conjunto de disposições expressivas ou instrumentais, percebidas ou recebidas, que são proporcionadas pela comunidade, redes sociais e pessoas de confiança, tais disposições são produzidas tanto em situações cotidianas quanto de crise. Em outras palavras, o Apoio Social é um processo (percepção ou recepção) pelo qual os recursos da estrutura social (comunidade, redes sociais e relações íntimas) permitem satisfazer necessidades (instrumentais e expressivas) em situações cotidianas e de crise (Gracia, 1997, Gracia et al 2011). Ambas as definições estão articuladas em quatro eixos:

a) Dimensão Objetiva/Subjetiva: os processos sociais objetivos (dar/receber ajuda) e a percepção que o indivíduo tem desse processo (subjetivo).

b) Âmbito em que se produz ou pode produzir apoio (fonte ou contexto): Pode ser diferenciada nos níveis de macrossistema (integração e participação social, gerando o sentido de pertencer a uma estrutura social), mesossistema (redes sociais) e microsistema (relações íntimas e de confiança, apoio informal);

c) Ajuda Instrumental e Expressiva: Funções de Apoio (emocional, informacional e instrumental) que se dão através da interação e relação do indivíduo com o grupo;

d) Distinção entre o apoio que se recebe no cotidiano e/ou em situações de crise. A partir disso as relações sociais são capazes de promover o bem estar.

O Apoio Social também pode ser compreendido e avaliado a partir de perspectivas estruturais (quantitativas) e funcionais (qualitativas). A perspectiva estrutural centra seu interesse e análise nas condições objetivas que acompanham o processo de apoio, os aspectos mais estudados são: Integração Social e Participação Social (aspectos objetivos e mensuráveis do entorno da pessoa) e a análise das estruturas da Rede Social (família, amigos, comunidade). A Integração Social é o número de relações sociais mantidas pelo sujeito em uma comunidade, além das características mensuráveis, também pode ser entendida como um conceito subjetivo vinculado ao sentimento de identidade e de pertencer a uma comunidade. A Participação Social é o grau de implicação e participação de uma pessoa na vida social, também pode ser avaliado em uma perspectiva qualitativa. A análise das estruturas da Rede Social é o número de pessoas, coletivos e grupos que o indivíduo dispõe quando necessita de apoio (Gracia, 1997; Gracia et al 2011; Calesso-Moreira & Sarriera, 2008).

Na perspectiva funcional (qualitativa), pode aparecer no plano afetivo, cognitivo ou comportamental, sendo que as principais funções são o Apoio Emocional, Apoio de Informação (Guia Cognitivo, Aconselhamento) e Apoio Instrumental (Materiais, Serviços). O Apoio Emocional se refere à área afetiva, na expressão das emoções, na importância de compartilhar sentimentos, pensamentos e experiências, gerando confiança, intimidade, domínio das emoções, efeitos positivos, sentimento de ser querido, cuidado e valorizado, além dos elogios e expressões de respeito. O Apoio de Informação se refere à busca de informações, *feedback* e conselhos que sirvam de ajuda para superar uma situação. Pode auxiliar na resolução de um determinado problema, proporciona pistas para sua interpretação, valorização, adaptação e ação de enfrentamento. Por último, o Apoio Instrumental se refere à prestação de ajuda material direta ou de serviços (Gracia, 1997; Gracia et al 2011; Calesso-Moreira & Sarriera, 2008).

A família, geralmente, é a principal fonte de apoio social, pois seus membros estão ligados através de relações íntimas e de confiança e de um sentimento de compromisso mútuo (Gracia & Herrero, 2006). Assim, no âmbito do apoio social, a família é a principal representação do contexto imediato de qualquer qualidade humana (Gracia & Musitu, 2000). Contudo, o conceito de família é complexo e multidimensional. Segundo Baptista (2009), a família é permeada de processos complexos de comunicação e relacionamento, sistema de crenças, regras próprias, valores em comum e funções específicas. No estudo com famílias e suas características, deve se levar em conta a temporalidade, as etnias, os grupos sociais diversos, os contextos/locais, entre outras variáveis (Baptista, 2009). A família é o foco das ações e intervenções em diferentes políticas públicas no Brasil. Exemplos da matricialidade familiar nas políticas públicas estão presentes no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Estratégia da Saúde da Família e na Assistência Social através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral Família.

No Brasil, o Apoio Social tem sido associado, prioritariamente a área de promoção, à saúde, sendo que, existe escassez de instrumentos fidedignos, válidos e padronizados para a realidade brasileira, apesar do número crescente de publicações sobre a temática (Gonçalves et al, 2011). Ainda no Brasil, em um estudo realizado por Canesqui e Barsaglini (2012), foi constatada uma restrita produção acadêmica em pesquisas empíricas que procuram mensurar e validar instrumentos de Apoio Social, especialmente no que se refere a textos sobre reflexões teóricas e metodológicas sobre o assunto. Além disso, os temas menos abordados nas pesquisas brasileiras em Apoio Social foram sobre os efeitos negativos da falta de apoio

na deterioração da saúde, nas desigualdades sociais e na pobreza, e a variação do Apoio Social em relação à cultura, religião e família (Canesqui & Barsaglini, 2012). Assim, nota-se que apesar do crescente interesse pelo tema no Brasil principalmente na área da saúde, o Apoio Social ainda necessita ampliar os estudos principalmente na área da Assistência Social.

Partindo desse panorama, foi proposto o estudo intitulado “Apoio Social e Familiar em famílias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família em Porto Alegre”. Este estudo pretende contribuir na melhor compreensão do fenômeno do Apoio Social na área da Assistência Social, sob uma perspectiva psicossocial. Assim sendo, almeja colaborar com os profissionais que atuam neste campo, em especial os psicólogos do Serviço PAIF. Portanto, são necessários novos estudos, instrumentos, práticas e intervenções que visem a ampliação do conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo da Psicologia na Assistência Social. O foco de atuação do Serviço PAIF ocorre através do acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim, para uma melhor compreensão do apoio social, se faz necessário entender papel do apoio familiar, partindo do pressuposto que a família é uma das principais fontes de apoio. Além disso, os indivíduos e as comunidades devem ser percebidos, e entendidos, de maneira integral nos contextos em que se encontram inseridos para que haja uma mudança efetiva tanto na condição de vida dos sujeitos, quanto das comunidades acompanhadas.

O objetivo do estudo foi identificar a configuração (estrutural e funcional) do apoio social em algumas famílias acompanhadas pelo Serviço PAIF em Porto Alegre. O presente estudo tem um delineamento misto sequencial, composto por duas etapas, buscando integrar métodos quantitativos e qualitativos. A primeira parte do estudo foi desenvolvida através da aplicação de instrumentos quantitativos, avaliando o Apoio Social (Gracia et al, 2011) e o Suporte Familiar (Baptista, 2009), em um estudo observacional analítico transversal. A segunda etapa do estudo buscou integrar os dados obtidos no primeiro estudo, com entrevistas de caráter biográfico, com quatro participantes, responsáveis por quatro famílias junto ao CRAS – entendidas como casos prototípicos (Gray, 2012) – compreendendo a configuração das relações de apoio de forma a abranger percepções e sentimentos que ficam à margem das escalas.

A pesquisa sequencial procurou expandir os achados de uma abordagem metodológica inicial (quantitativa, no caso) com os de outra abordagem (qualitativa) (Creswell, 2010). Este estudo iniciou com uma abordagem quantitativa, de delineamento observacional e analítico de corte transversal (Apoio Social e Familiar em Famílias Acompanhadas pelo Serviço PAIF de

Porto Alegre) e prosseguiu (Apoio Social: Estudo Qualitativo com Famílias Acompanhadas pelo Serviço PAIF) com a utilização em uma abordagem qualitativa de Estudo de Casos Múltiplos (Gray, 2012), complementando a compreensão dos resultados do Artigo 1.

No Artigo Apoio Social e Familiar em Famílias Acompanhadas pelo Serviço PAIF de Porto Alegre, o objetivo geral do estudo foi identificar os índices de Apoio Social e Suporte Familiar em membros de famílias acompanhadas pelo Serviço PAIF do CRAS da região Centro Sul de Porto Alegre. Os objetivos específicos desta etapa foram verificar a associação entre apoio social e suporte familiar, identificar a relação entre apoio social, suporte familiar e variáveis sociodemográficas, além dos preditores sociodemográficos do apoio social e do suporte familiar. A amostra caracterizou-se como aleatória simples e ficou estabelecida em 91 respondentes (um representante de cada família e titular do cadastro no CRAS). Quanto aos instrumentos, foram utilizados questionários fechados e padronizados, aplicados individualmente pelo psicólogo proponente, ou outro membro da equipe de pesquisa. A coleta de dados ocorreu no CRAS Centro Sul e nos locais de atendimento da equipe do Serviço PAIF. Os instrumentos utilizados foram um Questionário de Características Sociodemográficas, o Inventário de Percepção de Suporte Familiar – IPSF - (Baptista, 2009), e o Questionário de Apoio Social (Gracia, et al, 2002). Os dados foram codificados, digitados, armazenados e analisados com o auxílio do programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) version 21 for Windows*. Inicialmente, foram realizadas análises descritivas de caráter exploratório para avaliar a distribuição dos itens, casos omissos e identificação de extremos. Posteriormente, foram calculadas frequências para variáveis categóricas e médias para variáveis contínuas. Para comparação de médias foram utilizados os testes estatísticos paramétricos correlação de Pearson, teste T de *student* e ANOVA.

Os resultados das análises indicam relação entre maior Escolaridade e maior Percepção de Suporte Familiar. Por sua vez, as análises das dimensões do Suporte Familiar apontam a relação entre maior Autonomia Familiar e maior Tempo de Acompanhamento no CRAS e entre maior Escolaridade e maior Adaptação Familiar. Quanto aos resultados do Apoio Social, as análises mostram diferença entre uma maior Rede de Apoio das mulheres em relação aos homens, entre maior Participação Comunitária e menor Renda, entre maior Integração Comunitária e maior Idade, entre maior Tempo de Acompanhamento no CRAS e o maior Valor do Benefício Social. Os resultados também apontam a correlação entre o Apoio Social Comunitário e o Suporte Familiar.

No Artigo Apoio Social: Estudo Qualitativo com Famílias Acompanhadas pelo Serviço PAIF, o objetivo geral do estudo é compreender como o Apoio Social e as Políticas Públicas se implicam no desenvolvimento das famílias acompanhadas pela equipe do Serviço PAIF do CRAS Centro Sul de Porto Alegre. Os objetivos específicos foram entender como se configuram as percepções de Apoio Social e Familiar, mapear as Redes de Apoio Social, formais e informais, que os participantes consideram e analisar suas funções em termos de características e qualidade, além de identificar possíveis recursos e estressores psicossociais. A partir dos resultados do Artigo 1, foram selecionadas intencionalmente quatro famílias, as que tiveram maior e menor pontuação no Questionário de Apoio Social e as que tiveram maior e menor pontuação no Inventário de Percepção de Suporte Familiar. O enfoque de escolha de casos extremos possibilita integrar em um mesmo estudo, de maneira intencional, os casos extremos ou desviantes para a compreensão de um tema, partindo dos extremos para compreender o todo (Flick, 2009; Creswell, 2010). O instrumento utilizado na coleta de dados foram entrevistas biográficas de caráter narrativo, uma entrevista com o representante da família cadastrado no CRAS. As entrevistas foram realizadas em uma das salas do CRAS, de maneira individual, gravadas em áudio, transcritas e posteriormente analisadas. Considerou-se as etapas de análise de conteúdo propostas por Bardin (1977). Os resultados identificaram duas categorias principais: dos Eventos Vitais Estressantes e dos Recursos Psicossociais. Neste sentido, a partir das narrativas dos participantes, podemos identificar a importância do apoio comunitário fornecido pelos vizinhos, instituições religiosas e serviços públicos, sendo que a família teve pouco papel como requisitante de apoio ou provedora. Além disso, foi identificado um *continuum* de Eventos Vitais Estressantes em diferentes fases da vida.

O estudo foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa da PUCRS e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Os princípios éticos foram respeitados com o objetivo de proteger os direitos dos sujeitos envolvidos, considerando-se as questões expressas na Resolução 196/96 do CNS-MS. Com isso, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e os que aceitarem participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

REFERÊNCIAS

- Baptista, M. N. (2009). *Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF)*. São Paulo: Vetor.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil (2005). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social. *Norma Operacional Básica - NOB/SUAS*. Brasília
- Brasil (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos no SUAS – NOB-RH/SUAS*. Brasília.
- Brasil (2012). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social. *Orientações Técnicas Sobre o PAIF - O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*, (1), Brasília.
- Brasil (2012a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Sistema Único de Assistência Social. *Orientações Técnicas Sobre o PAIF - Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF*, Brasília.
- Calesso-Moreira, M., & Sarriera, J. C. (2008). Satisfação e composição da rede de apoio social a gestantes adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 13(4) 781-789.
- Canesqui, A. M., & Barsaglini, R. A. (2012). Apoio social e saúde: pontos de vista das ciências sociais e humanas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(5), 1103-1114.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. (3 ed.), Porto Alegre: Artmed
- Dabas, E. N. (1993). *Red de redes: las prácticas de la intervención en redes sociales*. Buenos Aires: Paidós.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Gracia, E. (1997). *El apoyo social em la intervención comunitária*. Barcelona: Paidós
- Gracia, E., & Musitu, G. (2000). *Psicología social de la familia*. Barcelona: Paidós.
- Gracia, E., Herrero, J. (2006) La Comunidad Como Fuente De Apoyo Social: evaluación e implicaciones en los ámbitos individual y comunitario. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 38(2), 327-342.

- Gracia, E., Herrero, J., & Musitu, G. (2011). *Evaluación de recursos y estresores psicosociales en la comunidad*. Madrid: Síntesis.
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa No Mundo Real*. (2 ed.) Porto Alegre: Penso
- Gonçalves, T. R., Pawlowski, J., Bandeira, D. R., & Piccinini, C. A. (2011). Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3), 1755-1769.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 182-192.
- Macedo, J. P., Sousa, A. P., Carvalho D. M., Magalhães M. A., Silva de Sousa, F. M., & Dimenstein M. (2011). O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. *Psicologia em Estudo*, 16(3), 479-489.
- Meneses, M. P. R., (2010). Conceitos Sobre Redes Sociais no Paradigma Ecológico. Em: J. C. Sarriera & E. F. Saforcada (Orgs.): *Introdução a Psicologia Comunitária: Bases Teóricas e Metodológicas*, (pp. 97-112). Porto Alegre: Sulina.
- Morais, N. A., Raffaelli, M., Koller, S. H., (2012). Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 118-135.
- Montero, M. (2003). *Teoría y práctica de la psicología comunitaria: la tension entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la psicología comunitaria. Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Oliveira, I. F., Amorim, K. M. O. (2012). Psicologia e política social: O trato da pobreza como “sujeito psicológico”. *Psicologia Argumento*, 30(70), 559-566.
- Oliveira, I. F., Dantas, C. M. B., Solon, A. F. A. C., & Amorim, K, M. O. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade* 23(n. spe.), 140-149.
- Sarriera, J. C. (2010). O Paradigma Ecológico na Psicologia Comunitária: Do Contexto à Complexidade. Em: J. C. Sarriera & E. F. Saforcada (Orgs.): *Introdução a Psicologia Comunitária: Bases Teóricas e Metodológicas*. (pp. 27-48). Porto Alegre: Sulina.
- Souza, A. P. L., Dutra-Thomé, L., Dei Schiró, E. D. B., Moraes, C. A., & Koller, S. H. (2011). Criando contextos ecológicos de desenvolvimento e direitos humanos para adolescentes. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21(49), 273-278
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699.

Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n.spe), 9-24.